

## 5

### Revisando Derrida

#### 5.1

#### Revisando Derrida

Em 1995, uma edição especial do *The Oxford Literary Review* foi dedicada ao livro *The University in ruins*.<sup>1</sup> A referência óbvia no título da revista para o trabalho de Bill Readings foi triplamente destacada em suas páginas. O volume foi dedicado a Readings, que havia falecido tragicamente num acidente aéreo durante o ano anterior. O primeiro ensaio da coleção, “Dwelling in em ruins”, foi escrito pelo próprio Readings. E o editorial, escrito por Timothy Clark e Nicholas Royle, foi inspirado em Readings e contribuiu para o debate sobre a “crise contemporânea do conceito de Universidade”<sup>2</sup> – uma crise com ramificações que rapidamente se estendem para além da esfera conceitual. Em “Dwelling in em ruins”, Readings fala da crescente dominação do mercado nas Universidades contemporâneas – orientado para critérios de avaliação e controle”, no qual os critérios de valor são baseados naquilo que Lyotard chamou de performatividade. Para Lyotard, diferentemente de Derrida, performatividade compreende os aspectos funcionais e instrumentais da modernidade, bem como a exteriorização do conhecimento e sua transformação em mercadoria. As gerências universitárias cada vez mais exigem uma maximização das taxas de entrada e saída dos estudantes na Universidade. Essas medidas implicam uma perpetuação de certo tipo de instituição, que se reflete no sistema socioeconômico.<sup>3</sup>

Clark e Royle mostram como essa situação dá origem a um “recurso de gestão para uma retórica da transparência e responsabilidade”, o que serve para disfarçar a transformação histórica da Universidade, em termos de um necessário “baixar a cabeça” para as imperativas “respostas econômicas”. Tais gerencialismos “frequentemente assumem uma forma intelectual, estabelecendo uma moeda de critérios comuns, comportamentalizando a vida em disciplinas, departamentos, instituições ou indivíduos comparados, medidos e também – naturalmente – grupos contrários uns aos os outros em um mercado estabelecido”.<sup>4</sup> Assim, com o declínio

<sup>1</sup> *Oxford Literary Review*, n. 17.

<sup>2</sup> CLARK, Timothy; ROYLE, Nicholas. Editorial Auditing. In: *Oxford Literay Review*, n. 17, p. 4.

<sup>3</sup> CLARK, Timothy; ROYLE, Nicholas. Editorial Auditing. In: *Oxford Literay Review*, n. 17, p. 4.

<sup>4</sup> CLARK, Timothy; ROYLE, Nicholas. Editorial Auditing. In: *Oxford Literay Review*, n. 17, p. 5.

da ideia de Estado-Nação tradicional e iluminista, a ideologia e a política cultural da Universidade contemporânea colocam as atividades universitárias submetidas a uma tautológica autodefinição de “excelência”, acompanhada por uma atmosfera crescente de auditoria (processo descrito por Readings como “derefencialização”, perda da referência que assola o conteúdo da Universidade).

Uma vez que a Universidade tenta trabalhar com essa lógica, por meio da qual a “excelência” opera em todos os níveis, compreendemos o título do texto de Clark e Royle: “Editorial Audit” na *Oxford Literary Review*. Clark e Royle salientam que a auditoria não é apenas encontrar maneiras de avaliar o objeto de estudo, nem simplesmente promover “mudanças fundamentais”<sup>5</sup> na Universidade. A bolsa de estudo é redefinida como “resultado de investigação”, a ser mensurada em unidades de produção, podendo ser avaliada segundo critérios econômicos e gerenciais. O caráter particular de disciplinas e departamentos sofre contínua redefinição e reestruturação, levando a Universidade a sucumbir à modularização de programas de licenciatura, em prol da flexibilidade administrativa e da necessidade do mercado. Esse conjunto de circunstâncias é geralmente compreendido a partir de uma ideia rasteira de interdisciplinaridade (ligada à popularidade ou à conveniência). Sistemas de auditoria são continuamente inventados, refletindo mudanças que a própria cultura de auditoria ajuda a produzir. Surgem assim novos processos de avaliação, despojados de qualquer responsabilidade sobre as transformações e perturbações. Por isso, naturalmente, se destinam apenas à captura de um retrato estatístico do mundo acadêmico e, a partir disso, promovem alterações nas Universidades, em seus departamentos e disciplinas. Estas mudam também os indivíduos. Parece difícil evitar que esses profissionais se tornem “acadêmicos de carreira.” O trabalho acadêmico, muitas vezes, é feito para marcar pontos na carreira. Esses pontos são concedidos a partir da “auditoria”. A “auditoria” continua a ser o único indicador de mérito e então fica difícil para os professores universitários não se tornarem passivos, mesmo quando seu trabalho pode ser pensado como um desafio conceitual para o próprio sistema no qual ele é produzido. Nesse contexto, pode-se dizer que, para escrever um trabalho como esse, que aparentemente quer desafiar ou repensar a Universidade contemporânea em todas as suas formas características, inevitavelmente, se fará um exercício de “autorreflexão” sobre a produção de conteúdos “acadêmicos” – mesmo que, apesar disso, o sistema continue a ser profundamente indiferente. É preciso estar atento a esse risco inevitável. Ao mesmo tempo, é claro, que ignorar a existência dessa atual “força constitutiva” da Universidade – de excelência e de auditoria – é condenar o trabalho acadêmico, por antecedência, à sua posição atual, um destino elaborado pelas forças do gerencialismo, da profissionalização e da prestação de contas.

<sup>5</sup> CLARK, Timothy; ROYLE, Nicholas. Editorial Auditing. In: *Oxford Literary Review*, n. 17, p. 5.

O aparecimento de uma cultura de auditoria é talvez mais avançado em países como a Inglaterra, onde o Estado regulamenta e controla a gestão das Universidades públicas. No Brasil, o Estado também faz auditorias nos programas de graduação e de pós-graduação das instituições públicas e privadas. Essas avaliações, embora não impliquem, como na Inglaterra, mais ou menos “financiamento”, acabam tendo efeitos parecidos. É de acordo com a nota concedida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) aos programas de pós-graduação que se estabelece a quantidade de bolsas de pesquisa. E nas Universidades privadas, o parecer do Ministério da Educação serve como propaganda para atrair mais estudantes.

Ao fazermos esta pesquisa, percebemos maior quantidade de artigos britânicos sobre a questão da auditoria do que artigos americanos, alemães e brasileiros. Não é de admirar, portanto, que a introdução da revista inglesa *Parallax* se concentrou nesse aspecto particular e abordou a mudança de perfil da Universidade. Edições mais recentes de jornais britânicos continuam a concentrar-se nessas questões. Um exemplo é uma edição de 2004 de *Parallax* (10, n. 2), intitulada *Cultural Audit*, que inclui as contribuições sobre a responsabilidade, o governo, as relações públicas e a avaliação das Universidades, a “sociedade de auditoria” e as ideias sobre “cultura e gestão” – esta última por Zygmunt Bauman. Em contrapartida, os universitários norte-americanos tendem a analisar o impacto sobre a globalização universitária, o consumismo, as novas tecnologias, os debates sobre cidadania na era pós-direitos civis, e assim por diante.

No Brasil, já existem trabalhos como de Marilena Chauí e Dumerval Mendes, que questionam a tecnocracia universitária – transformando os departamentos de pós-graduação em verdadeiras engrenagens, objetivadas para cumprir as exigências do MEC. Também existem reflexões importantes, com associações derridianas, como o artigo “Inventando a invenção”, de André Rios.

1) a avaliação da universidade desvinculada dos outros níveis de ensino, como se nenhuma responsabilidade lhe coubesse na situação em que se encontram; 2) a avaliação acadêmica pelo critério da titulação e das publicações, em detrimento da docência; 3) a distribuição de recursos por linhas de pesquisa, critério apropriado para as áreas em que pesquisadores se agrupam em torno de laboratórios, mas sem sentido quando se trata das ciências humanas e dos campos de pesquisa teórica fundamental; e 4) a ideia de modernização racionalizadora pela privatização e terceirização da atividade universitária, a [...] universidade como prestadora de serviços às empresas privadas, em detrimento da pesquisa fundamental e de longo prazo.<sup>6</sup>

Em Portugal, Boaventura de Souza Santos também faz reflexões nessa perspectiva: “a participação da universidade na luta pela produtividade acabou por

<sup>6</sup> CHAUI, Marilena. *Escritos sobre a Universidade*. São Paulo: Ed. da Unesp, 2001. p. 35-36.

virar essa luta contra a própria universidade e o impacto institucional daí decorrente não se fez esperar”.<sup>7</sup>

È também importante mencionarmos os vários artigos do professor André Rios nos livros *Celebridade intelectual e pensamento crítico* e *Mediocridade e ironia*, que problematiza a alcunha do “derridiano”, como sendo também uma estratégia da cultura de auditoria – na qual esta tese também está inserida. No artigo “Inventando e planejando”, do livro *Celebridade intelectual e pensamento Crítico*, André Rios escreve:

Há sempre nossos currículos, repletos de publicações e orientações, há sempre nossos cargos institucionais (professor, coordenador de pós-graduação, etc.), que dão peso às nossas propostas e às solicitações para realização de eventos, mas isso que afinal somos, maquininhas de produção de discursos e *papers* acadêmicos, pode receber também financiamento para a movimentação de seu núcleo corpóreo para um congresso, ou obter recurso para imprimir um livro sob o pressuposto de fazermos, entre outras coisas, bom uso do logo Derrida. Com efeito, o nome Derrida pode ser boa cartada, por exemplo, para sermos trazidos para um congresso da Abralic. Resumidamente, as coisas funcionam assim: há uma valorização do pensamento francês no Brasil (por brevidade, não me estenderei sobre essa história); então, alguns de nós se engajam em escrever sobre Derrida ou fazer doutorado ou pós-doutorado com Derrida ou algum derridiano; depois convidamos Derrida ou derridianos para virem ao Brasil; nesse processo, promovemos colóquios, lançamentos de livros e simpósios na Abralic; inscrevemos linhas de pesquisa no CNPq; com isso, vamos enriquecendo nosso currículo e inflando as pesquisas em torno de Derrida, consolidando o reconhecimento do valor dessas pesquisas e desses eventos nos órgãos de fomento; enfim, a importação de Derrida tem que criar um parque industrial autosustentado de produção de derridianismo – ainda que insumos externos pareçam uma necessidade constante. Alguns desses eventos em torno de Derrida incluem até derridianos meramente diletantes, sobretudo quando o que se visa prioritariamente é a divulgação do logo ou a ampliação do mercado, quer do mercado de derridianos seriamente acadêmicos, quer do de consumidores culturais de pensamento francês; porém, há também eventos e livros mais fechados que adquirem em muito a função, para os que deles participam, de cartórios para autenticação dos mais bem aquilardados derridianos.<sup>8</sup>

Quando Derrida pensa as instituições, ele acaba também por pensar a ideia de “invenção”, mas não a considera em sua significação comum. No artigo do professor André Rios, vemos o quanto é importante para Derrida tal ideia. Se as leis e as diretrizes são inventadas, não é por isso que devem ser consideradas de maneira positiva, pois, embora sejam inventadas, elas preparam um terreno para a repetição, já que sempre estão orientadas por certo logocentrismo.

<sup>7</sup> SANTOS, Boaventura de Souza. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 1997. p. 215.

<sup>8</sup> RIOS, André. Inventado e planejado. In: *Celebridade intelectual e pensamento crítico*. p. 58.

Mais um exemplo britânico seria uma edição de 2001 do *Diacritics* (31, n. 1), em *Theory, Globalization, Cultural Studies, and the Remains of University*. Isso não quer dizer que os teóricos americanos ignoram completamente as implicações do aumento de “excelência” em termos de uma cultura cada vez maior de auditoria. Eles não se limitaram apenas à análise de Derrida em *A Universidade sem condição*. Eles também mostraram os interesses adquiridos na Universidade e exploram a questão do desinteresse das humanidades pelos seus próprios fins, aumentando o “patrocínio” da ciência e de seus departamentos tecnológicos, o que evidencia um diferencial de financiamento, por meio do qual as ciências humanas podem ceder à pressão de cumprir certos tipos de necessidades e fornecer determinados tipos de programas. Em outras palavras, a auditoria está chegando aos Estados Unidos. Em algumas instituições, nos diversos níveis da Universidade nacional, a auditoria (que compreende as metas de desempenho, monitoramento de regimes e sistemas de avaliação) começa a produzir resultados a partir da avaliação de seu objeto. E muitos, se não todos os acadêmicos norte-americanos, reconhecem isso. Na verdade, muito da linguagem e da terminologia da auditoria está apenas sendo reimportada.

Na Inglaterra, enquanto isso, o jogo da auditoria está se tornando mais nítido o tempo todo. O *Editorial Sounding*, que publicou o artigo “Auditing culture” em uma edição da *Parallax*, afirma que “essa edição (...) deve o seu impulso inicial a um momento decididamente singular: o Research Assessment Exercise (Exercício de Avaliação da Pesquisa) (RAE),<sup>9</sup> um regime de auditoria nacional dedicado à avaliação da pesquisa e da bolsa de estudos no Reino Unido, fomentador do antigo Centro para Estudos de Cultura Contemporânea da Universidade Birmingham, uma instituição de importância singular para os estudos culturais.<sup>10</sup>

No outro extremo, entretanto, Michael Berloff, atual presidente da Faculdade Trinity, em Oxford, anunciou recentemente que, nas próximas duas décadas, Oxford vai optar pela independência e retirar-se do sistema de financiamento do Estado, devido à interferência do governo na admissão de seus alunos. Assim, vê-se o elitismo que despreza o fomento oferecido pelo governo britânico para ampliar a participação no programa. É evidente que as técnicas de gestão que acompanham o atual modelo de financiamento do Estado contribuem de forma inevitável para a retirada das Universidades de elite da rede estatal, limitando o acesso àqueles que podem pagar taxas consideráveis. O chamado Grupo Russell, compreende as 19

<sup>9</sup> O objetivo principal do Research Assessment Exercise (RAE) é produzir perfis de qualidade para cada apresentação de atividades de investigação efetuadas pelas instituições de ensino superior na Grã-Bretanha. Os resultados são utilizados pelos quatro organismos de financiamento do Reino Unido, para determinar o financiamento da investigação para as instituições. Mais de £ 1,5 bilhão será atribuído anualmente a partir de 2009-2010.

<sup>10</sup> KILROY, Bailey; CHARE, N. *Editorial Sounding: Auditing Culture*. p. 1.

maiores instituições de pesquisa em educação na Inglaterra; em vez disso, opera em um mercado global, gerando dinheiro suficiente para se manter sozinho. Aqui, poderíamos ser tentados a dizer que os Estados Unidos estão chegando ao Reino Unido, de modo que as conexões complexas entre a “globalização” e a “auditoria”, entre as técnicas de gestão pública e a lei do mercado necessitam de uma análise mais cuidadosa (do que simplesmente distinguir os universitários americanos dos universitários britânicos, o que, provavelmente, não seria viável, tendo em vista a “globalização”). Mesmo porque a questão das grandes Universidades inglesas se desvincularem do sistema de financiamento por pressões estatais. Não é tão simples assim. No Brasil, há uma gerência estatal entre os cursos de graduação e de pós-graduação, dando ênfase a estes últimos. Tal gerência, a nosso ver, embora, por vezes, dogmática – ao conferir ou não relevância a determinado projeto –, é um passo importante para a estruturação da pesquisa no Brasil, que ainda se encontra muito aquém das experiências britânicas e norte-americanas.

A questão se torna complicada porque nem uma independência total do Estado nem um vínculo total com as corporações privadas parecem satisfazer a desconstrução. Isso, obviamente, acontece porque a ideia de Estado–Nação, abalada pela globalização (em que as corporações privadas possuem muita força no dito Estado), não fornece mais uma alternativa para gerir a Universidade. Tampouco as grandes corporações. Pensar responsabilmente sobre a Universidade é, para Derrida, ter clareza dessas aporias.

Em seu “Editorial Auditing”, Clark e Royle mostram as várias definições, contidas nos dicionários, da palavra “auditoria”. Em particular, eles se concentram na conexão de “auditoria”<sup>11</sup> com as ideias de contabilidade e de autoridade e o que isso acarreta ou implica. Eles falam de um obsoleto sentido de “plateia” ou “ouvinte”, que se relaciona com a etimologia da palavra “auditoria”, do latim *audire*, “ouvir”. Redistribuir esse chamado sentimento obsoleto poderia permitir-nos supor que novas formas de pensamento (dentro e fora) da Universidade seriam, antes de tudo, novas formas de audiência.<sup>12</sup> Seguindo essa ideia, procuramos justamente reimplantar esse sentido desconhecido dos sentidos, a fim de sugerir que a cultura da auditoria de hoje não serve apenas para silenciar os acadêmicos e intelectuais, mas também para expô-los. A Universidade continua resistente às diversas maneiras de ouvir. Mas essas diversas maneiras são a possibilidade que a Universidade tem de ressurgir como o “outro” de seu próprio traço desconstruído.

<sup>11</sup> “Cargo ou função de auditor; local ou repartição em que o auditor executa suas funções; processo de exame e validação de um sistema, atividade ou informação; exame comprobatório relativo às atividades contábeis e financeiras de uma empresa ou instituição; audtagem; Etimologia: auditor + ia.” (*Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*).

<sup>12</sup> CLARK, Timothy; ROYLE, Nicholas. Editorial Auditing. In: *Oxford Literary Review*, n. 17, p. 9.

Chamamos a atenção para a gama polissêmica de significados da palavra “auditoria”. “Auditoria”, “auditiva”, “auditório”. No léxico etimológico, o primeiro sentido do termo é o de “uma audiência” e, portanto, o de uma auditoria. A auditoria consiste em analisar, calcular (contar, calcular, ou contar com), mas também em ouvir. Uma auditoria pode ser definida, de acordo com o *Oxford English Dictionary*, como um “acerto de contas periódico, prestação formal de contas”. Assim, uma auditoria inevitavelmente implica um espaço (ou espaços), um procedimento ou protocolo, um processo ou estrutura, que está intimamente ligado à avaliação técnica jurídica e, especialmente, a certa teatralidade – onde cada um, por sua vez, está estreitamente ligado ao outro. Evidentemente, as várias derivações dessa pequena palavra, “auditoria,” implica, frequentemente, a tentativa de restringir, determinar, institucionalizar – e, assim, estabilizar – o espaço que é passível de auditoria. No entanto, apesar desse fato óbvio, precisamente nesse contexto, uma relação, uma chamada, um endereçamento para o ouvido (do outro) torna-se indispensável. O auditável é, portanto, enquadrado por um espaço cujas fronteiras são marcadas pelo traço da “desconstrutibilidade”, por um limite que é continuamente deslocado – no momento em que a auditoria pretende impor e se definir, para se fazer presente, neste ou naquele determinado lugar, para fazer valer os direitos territoriais. A situação da auditoria, incluindo o suplemento irredutível de uma audiência, seria, portanto, obedecer à lei do “*parergon*”, segundo a qual a delimitação da forma estética da obra e, por extensão, a identidade do objeto de cognição, acaba por depender do contorno, da borda ou da moldura. As bordas, as molduras tornam-se elementos indispensáveis na composição da forma do objeto. E como Samuel Weber escreveu, “só a participação do outro no mesmo contexto exigiria um outro quadro”<sup>13</sup> Tal situação, para Weber, chega perto de descrever o que se entende por teatralidade (sem, é claro, dar-lhe uma forma simples). “Idas e vindas”, um deslocamento incessante que se põe constantemente em jogo. Não só desorienta profundamente a distinção entre os “atores” e a “audiência” (dentro e fora da auditoria, por exemplo), mas também impede a tomada de posição extraterritorial desinteressada, esse ponto de vista que liga a auditoria à determinação do espaço e à figura teatral do auditor. Isso lembra o *homem tecnológico*, de Heidegger, que, “no meio dos seres [*physis*] para os quais está exposto [*ausgesetzt*], procura ganhar uma posição e estabelecer-se “por meio de um processo de dominação”, um processo que está apoiado e guiado pelo conhecimento dos seres. Esse conhecimento é chamado de “*techné*”.<sup>14</sup>

Na Universidade, no entanto, não é coisa fácil ter um ponto de apoio, como Derrida nos mostra na leitura de Kant (ver no capítulo anterior as considerações

<sup>13</sup> WEBER, S. The unraveling of form. In: *Mass mediauras: forms, technics, media*. p. 23.

<sup>14</sup> A tradução encontra-se em WEBER, S. Upsetting the setup: remarks on Heidegger’s *Questing after technics*. p. 59-60. Weber traduziu o v. 1 do *Nietzsche*, de Heidegger.

sobre o texto *Mochlos ou conflito das faculdades*). Na Universidade, o homem tecnológico, o homem-auditor, na verdade, se esforça para encontrar seu lugar ou ganhar uma posição.

## 5.2

### O Ouvido do Outro

No capítulo 4, vimos como *Otobiographies* anuncia-se mediante a sintonia de uma audiência para a desconstrução. No início da palestra, Derrida adota um tom que parece um pouco leviano e, no entanto, não podemos deixar de perceber algo grave. Derrida diz que quer nos poupar “do tédio, da perda de tempo e da subserviência que sempre acompanham os processos pedagógicos clássicos”. Ou seja, ele quer afrouxar as vestes restritivas de uma exposição tradicional, com a qual, no entanto, “nunca se pode quebrar de uma vez por todas.<sup>15</sup> No entanto, embora as exigências da pedagogia clássica não possam ser simplesmente abandonadas em sua totalidade, não é possível adotá-las com rigor absoluto, pois isso seria reduzi-las ao silêncio, à tautologia e à repetição cansativa. Em outras palavras, o acolhimento das convenções acadêmicas que cercam o discurso ortodoxo e a prática pedagógica não podem ser apenas adotados ou assumidos como um conjunto de convenções que permitem uma auditabilidade confiável. Também não podem ser simplesmente rejeitados, substituídos, criticados, avaliados – ou calculados a partir um local estável, de um ponto de vista extraterritorial vantajoso. Pelo contrário, enquanto a relação mínima com a tradição pedagógica for inevitável, o ensino será inevitavelmente ligado a uma autojustificativa circular, em que se tenta permanecer absolutamente dedicado à preservação de um sistema, método, conhecimento ou discurso que o coloca em movimento. Isso impede que o ensino – na sua singularidade ou imprevisibilidade performativa – se torne algo que despreza a interação dialógica ou mesmo o modelo de comunicação que apresenta.

Não é possível, portanto, simplesmente “pegar ou largar” os procedimentos pedagógicos clássicos. De fato, de uma certa maneira, deve-se tomar parte (participar de) e deixar quem ensina assumir o seu lugar. As observações de Derrida levantam questões importantes sobre a (im)possibilidade de um ponto de vista responsável (do ponto de vista ético-jurídico), por uma série de questões complexas que têm a ver com o ensino, com a auditabilidade responsável. Como vimos, não se pode simplesmente escolher ou decidir em face de uma distinção convencional (ou seja, entre “pegar” ou “largar”), justamente porque a divisão instável redivide sob a

<sup>15</sup> DERRIDA, J. *Otobiographies: the teaching of Nietzsche and the politics of the proper name*. In: *The ear of the other: otobiography, tranference, translation*. p. 3-4.

forma de um traço desconstrutivo permanente. Nas “Considerações Finais” deste trabalho, retornaremos ao problema da “decisão”.

Derrida propõe um “compromisso” para seu público. Aqui, em vez de falar a verdade, segundo um modelo aceito de explicação, a desconstrução entra em um acerto de contas, sempre arriscado e provisório, com uma série de problemas. Esse “acerto de contas” é, vale dizer, uma tarefa impossível, pelo menos na expectativa de um fechamento equilibrado e resolvido. Embora impossível, esse acerto de contas se faz necessário e está sempre em curso. Derrida prevê que uma abordagem pedagógica pode parecer muito “aporética e inadmissível” para muitos. Enquanto outros vão recebê-la como “lei”, alguns vão julgá-la não ser completamente aporética<sup>16</sup>. Como foi observado, tais respostas poderiam muito facilmente ser moldadas em uma série de posições bem conhecidas, segundo as quais a “desconstrução” é rotineiramente “auditada” (por aqueles que querem “pegar” tanto quanto aqueles que querem “largar”). Mas há uma característica mais significativa do compromisso de Derrida, que é digna de ser mencionada, especialmente aqui. Pois é precisamente com base nesse compromisso – segundo o qual a desconstrução se recusa a colocar-se ao lado da “pedagogia clássica” – que Derrida começa a recalcular os limites e as possibilidades do que ele chama de “liberdade acadêmica”, que, de fato, estabelece um vasto espaço para uma auditoria da desconstrução.

Vale lembrar que em *Otobiographies* Derrida declara: “[não pretendo] transformar-me em um bocal diáfano da pedagogia eterna”<sup>17</sup>. Apesar de seu discurso, sem dúvida, repercutir no corpo docente, a possibilidade de fiscalização da desconstrução é, aqui, não redutível à figura do porta-voz – inclusive todo o conjunto de conceitos, por exemplo: da boca como porta-voz, da cabeça como a sede da razão, a soberania do sujeito, a presença viva e a verdade indivisível do discurso, e assim por diante. A desconstrução deve anunciar-se e ser ouvida de outras formas. Tendo indicado a deterioração inevitável de qualquer sistema de ensino em que os sistemas se afastem do professor, Derrida, portanto, adota esse “processo de compromisso” que iria aparecer, paradoxalmente, para libertar aqueles que o seguem: Como todos sabem, pelos termos da *liberdade acadêmica* – “Eu repito: li-ber-da-de a-ca-dê-mi-ca, você pode pegar ou largar isto”<sup>18</sup>. Aqui, não é justo que o conflito ou a tensão entre a autoridade professoral e a liberdade de pesquisa sejam expostos como parte inseparável da pedagogia clássica. Mais do que isso, a repetição

<sup>16</sup> DERRIDA, J. *Otobiographies: the teaching of Nietzsche and the politics of the proper name*. In: *The ear of the other: otobiography, tranference, translation*. p. 3-4.

<sup>17</sup> DERRIDA, J. *Otobiographies: the teaching of Nietzsche and the politics of the proper name*. In: *The ear of the other: otobiography, tranference, translation*. p. 3-4.

<sup>18</sup> DERRIDA, J. *Otobiographies: the teaching of Nietzsche and the politics of the proper name*. In: *The ear of the other: otobiography, tranference, translation*. p. 3-4.

(para dar ênfase) de liberdade acadêmica aparece no discurso de Derrida com um certo grau de ironia. A afirmação é forte, precisamente para reforçar a verdade pela repetição. Para Derrida, já foi realmente demonstrado (e que se deve agora repetir decretando-o) que qualquer ensinamento vale a pena se a desconstrução não for excluída. Dessa forma, e liberta-se e prende-se em relação à tradição. A desconstrução derridiana da pedagogia de Nietzsche nesse texto, obviamente, não pode oferecer ao público ou ao aluno de Derrida uma simples escolha entre, por um lado, a liberdade intelectual sem restrições e, por outro, uma incessante devoção ao pedagogo. Derrida não pode simplesmente se afastar da “pedagogia clássica,” precisamente porque qualquer sistema de ensino digno desse nome deve “pegar ou largar” simultaneamente. Aqueles que ouvem Derrida nessa conferência são, pela mesma lógica, em última análise, privados de qualquer escolha, e é justamente aí que devemos pensar sobre a liberdade acadêmica. Derrida já disse a eles o máximo; apesar disso, a mensagem em si não chega por meio do “porta-voz”. O discurso exige uma sintonia completamente diferente e talvez impossível entre ambos os blocos. Ou melhor, poderíamos dizer que esse tom redobra um bloqueio determinado, para concordar com tudo o que Derrida diz, que seria “pegar” a desconstrução de uma forma inequívoca (por mais impossível que isso possa soar). Tal consentimento absoluto daria um aspecto teleológico para o ensino, forçando-nos, então, a nos afastar de tal procedimento.

Por outro lado, discordar totalmente do que Derrida discursa desde o início implicaria um total abandono das tradições acadêmicas que, para Derrida, constituem a condição indispensável para a inteligibilidade do discurso aprendido e para uma absoluta conservação e defesa da “pedagogia clássica”, em sua vertente mais tradicional – caso em que qualquer refutação de Derrida nunca poderia assumir a forma simples de uma oposição clara. Nunca se pode, portanto, simplesmente “pegar ou largar” em relação à desconstrução, ou mesmo ao ensino propriamente dito. Mais uma vez, Derrida reativa o problema do “*parergon*”: a questão da teatralidade e o dilema em que a “auditoria” se encontra. Assim como Derrida assume a posição, então, é praticamente impossível “contar com”, ou “contar com o evento que ocorre aqui” (a auditoria que se ouve). E isso exige um tipo diferente de resposta e responsabilidade. Responsabilidade distante de um simples “pegar ou largar”. Uma responsabilidade que nos deixa inseridos em uma comunidade acadêmica dissensual – nem limitada por um horizonte de consenso, nem sustentada por uma racionalidade convencional de comunicação, tampouco definida por uma liberdade de dissenso, que se dá a partir da noção de verdade absoluta denotando a indivisibilidade da tradição acadêmica – um dissenso do tipo que deixa as pessoas envolvidas na cena do ensino incapazes de “pegar ou largar”, que sugere um campo altamente complexo de negociação, mas que, no entanto,

permite a responsabilidade, ou a “ética”. Isso só pode ser “ouvido” de acordo com uma acústica quase impossível.

Em muitos eventos de ensino, a questão da responsabilidade é reaberta justamente porque ela não pode simplesmente ser reduzida ou se referir à racionalidade do sujeito como soberano, independente, guiado pela vontade autônoma consciente, livre, etc. Ainda que um pouco impossível, teatral, “parergonal”, o espaço é aberto de uma forma em que a responsabilidade, a obrigação, a dívida, ou a possibilidade de fiscalização, necessitem ser recalculadas de outra maneira, por outro ouvido que talvez nunca possa escutar ou auditar.

### 5.3

#### “Se Houver Provas, não há Testemunho”

A ideia da auditoria, como uma audição sugere dois temas que parecem estar intimamente relacionados: prova<sup>19</sup> e testemunho.<sup>20</sup> Prova, no sentido de uma evidência, “abordagem baseada em”, é um dos pilares da agenda atual de muitas Universidades ocidentais. A ideia de “prova” serve para aperfeiçoar e ainda operacionalizar o caráter de excelência. E, claro, as provas e depoimentos, quando tomados em conjunto, formam uma parte crucial de uma técnica jurídica que inclui o teatral e o auditivo. Depoimentos e provas, então, parecem ir de mãos dadas. Mas a relação do “depoimento sobre as provas” no sentido exato de “prova” ou de “informação confiável”, é problematizada por Derrida em uma série de textos. Em “Demeure: fiction and testimony”, por exemplo, Derrida explica como o testemunho só pode justificar o seu nome na força de sua incomensurabilidade radical, com uma concepção de informação ou de conhecimento da verdade. Ele escreve: “Mas se o testemunho possui a pretensão de depor a verdade, a verdade pela verdade, ele não consiste, na sua maior parte, na partilha de um conhecimento, no sentido de ‘tornar conhecido’ para informar, para falar a verdade”.<sup>21</sup>

É interessante notar que o argumento de Derrida aqui é semelhante ao utilizado em *A Universidade sem condição*, no qual faz observações sobre a profissão. Na Universidade, os discursos em torno do conhecimento não correspondem a um sentido mais estrito de “profissão”. Pertencem talvez ao ofício, à carreira, ao

<sup>19</sup> “Aquilo que demonstra que uma afirmação ou um fato são verdadeiros; evidência, comprovação.” (*Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. p. 2320).

<sup>20</sup> “Declaração, depoimento de uma ou mais testemunhas; demonstração cabal; afirmação fundamentada, depoimento, comprovação.” (*Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. p. 2710).

<sup>21</sup> DERRIDA, J. Demeure: fiction and testimony. p. 27-28.

mercado de bens (competência, conhecimento, saber-fazer), mas não pertencem à profissão entendida num sentido rigoroso. O discurso da profissão é sempre, de uma maneira ou de outra, desvinculado da “profissão de fé”. A “profissão de fé”, no seu compromisso de responsabilidade, ultrapassa a técnica e o puro conhecimento científico.<sup>22</sup> O discurso do professor leva seu traço e ganha o direito a seu nome – precisamente, o da profissão – com a força dos atos de fala ou de obras singulares (*oeuvres*). Um evento, no sentido derridiano, não pode ser equiparado, dominado, esgotado, ou saturado no discurso acadêmico – conhecido por suas concepções de informação, de verdade, conteúdo ou valor. Assim, em “Demeure”, Derrida continua:

Como a promessa de usar da verdade, segundo a expressão de Santo Agostinho, a testemunha deve ser insubstituível (...) o testemunho sempre anda de mãos dadas com a possibilidade de ficção, perjúrio e mentira. Se essa possibilidade for eliminada, não há testemunho (...) Se o depoimento é paixão ou falso testemunho, ambos possuem uma conexão com a ficção e a mentira<sup>23</sup>.

Paradoxalmente, talvez, uma vez que o testemunho é considerado “verdadeiro”, no sentido de produzir provas factuais, o conhecimento de informações prováveis deixa de ser testemunho no sentido mais estrito. Ele perde o que é distintivo ou específico do testemunho – o que tem a ver com a profissão, a fé, a paixão e (portanto) com a possibilidade de ficção ou literatura. Derrida continua:

Se o testemunho tornasse a prova, certas informações ou arquivos perderiam sua função de testemunho. Para continuar a ser testemunho, deve, portanto, permitir-se ser assombrado. Deve se permitir ficar parasitado por aquilo que sai de suas profundezas interiores – a possibilidade da literatura.<sup>24</sup>

O testemunho é, sem dúvida, absolutamente irreduzível ao conhecimento ou à informação. Em parte, porque há sempre uma forte dimensão performativa que não considera o testemunho reduzido a uma ordem do discurso, interpretado como uma simples informação. Também é importante salientar que a função do testemunho permanece complexamente ligada à sua própria impureza, fazendo com que o depoimento resista como testemunha, na força da sua relação profunda com as formas assimétricas de prova, informação ou conhecimento. No entanto, o testemunho “em si” não consiste na essência de uma identidade própria ou não contaminada, pois, como nos diz o próprio Derrida, o testemunho acarreta o parasitismo, a impureza

<sup>22</sup> DERRIDA, J. *A Universidade sem condição*. p. 14-15.

<sup>23</sup> DERRIDA, J. *Demeure: fiction and testimony*. p. 27-28.

<sup>24</sup> DERRIDA, J. *Demeure: fiction and testimony*. p. 29-30.

radical de uma coindecidível possibilidade de verdades e mentiras, testemunhos e ficções. Essa interação indissociável entre ficção e testemunho, verdade e mentira, também é tema em “Le Parjure, Perhaps: storytelling and lying”. O “talvez” é utilizado para manter em aberto a questão, dividindo cada termo em si – o que se torna complicado em função dos contextos e das condições de performatividade, temporalidade e acobertamento, que o trabalho procura reconstituir. A “verdade sem conhecimento”<sup>25</sup> deve estar “inscrita” (e certamente reinscrita) em um ambiente institucional, num “contexto acadêmico” e numa “estrutura narrativa”<sup>26</sup> – como condição para o seu “segredo, sua verdade singular”<sup>27</sup>. Em “Demeure”, então, o testemunho é constituído por uma mistura indissociável, o que denota a potencialidade híbrida da literalidade, na qual a possibilidade da literatura é aberta como a possibilidade de uma série complexa de funções, relações, redes, histórias, contratos, e não como expressão de uma essência. Além disso, se, como argumenta Derrida em várias ocasiões nesse ensaio, a possibilidade da “literatura” não reside em uma essência literária, mas no fato de ser “precária” e “instável” (função do “direito incondicional de dizer qualquer coisa”), então, essa função toma forma a partir de um conjunto complexo de condições históricas, que incluem a instituição “jurídica”, os “direitos adquiridos” e a “figura romana da cidadania”.<sup>28</sup> Em suma: “a história dos direitos, do Estado, da propriedade e da democracia moderna em seus modelos romano e grego”.<sup>29</sup> Assim, insiste Derrida: “Nenhuma exposição, nenhuma forma é intrinsecamente discursiva ou essencialmente literária antes e fora dessa função ser atribuída ou reconhecida por um direito conferido pelo ‘corpo social’”<sup>30</sup>.

O depoimento é necessariamente impuro, não apenas porque é assombrado pelo risco ou pela chance do ficcional, mas porque é parasitado por uma possibilidade literária que se abre sobre a força da função “precária” da literatura como instituição. Qualquer literatura digna desse nome, para Derrida, ultrapassa ou supera as sempre instáveis instituições, como um excesso irrepresentável ou uma singularidade insubstituível. Por essa razão, a sempre possível “literalidade”, que surge nas imediações do testemunho, inevitavelmente liga o próprio testemunho ao discurso da literatura. Literatura como “função”, que em si já abriga uma gramaticalidade, um retoricidade, uma técnica, condições de interatividade

<sup>25</sup> DERRIDA, J. Le Parjure, Perhaps. p. 196.

<sup>26</sup> DERRIDA, J. Le Parjure, Perhaps. p. 199.

<sup>27</sup> DERRIDA, J. Le Parjure, Perhaps. p. 201.

<sup>28</sup> DERRIDA, J. Le Parjure, Perhaps. p. 24.

<sup>29</sup> DERRIDA, J. Le Parjure, Perhaps. p. 26.

<sup>30</sup> DERRIDA, J. Le Parjure, Perhaps. p. 28.

e institucionalização (porém estes podem ser instáveis e ambivalentes), e assim por diante. Para compreendermos melhor, vejamos o que Derrida escreve sobre a instituição literatura em *Acts of Literature*:

(...) a literatura aparecia para mim de um modo confuso, como a instituição onde se é permitido “dizer tudo” (“dizer tudo” no sentido de uma exaustiva totalidade e não no sentido de “dizer qualquer coisa”) O espaço da literatura não é apenas uma ficção instituída, mas é também uma instituição fictícia na qual em princípio se permite dizer tudo. Dizer tudo é sem dúvida reunir pela tradução todas as figuras umas nas outras, totalizando-as através de uma formalização. Mas dizer tudo é também afrouxar as proibições. Libertar-se – em todo campo onde a lei pode declarar a lei. A literatura tende, em princípio, a desafiar e a elevar a lei. Isso, portanto, permite pensar que a essência da lei está nessa experiência do “dizer tudo”. A literatura é uma instituição que tende a exceder a instituição.<sup>31</sup>

(...) o que é a literatura? A literatura como instituição histórica, com suas convenções, regras etc., mas também a instituição da ficção na qual dá, em princípio, o poder de dizer tudo, de se livrar das regras e, com isso, institui, inventa e suspeita da tradicional diferença entre natureza e instituição, natureza e lei convencional, natureza e história. Aqui devemos levantar questões políticas e jurídicas. A instituição da literatura no ocidente é, em sua forma relativamente moderna, o caminho para uma autorização de dizer tudo e, sem dúvida, tem muito a ver com a ideia moderna de democracia.<sup>32</sup>

Embora a literatura seja desafiadora do direito (com suas leis próprias etc.), a literatura é também, ao mesmo tempo, ligada a este, já que passa a ter suas regras, seus espaços, ou seja, se torna uma instituição. A instituição literatura se dá nessa aporia entre, por um lado, desafiar a lei e, por outro, afirmá-la. Do mesmo modo, isso se dá também com a democracia. Embora constatativamente a democracia seja o governo do acordo e da igualdade entre os homens, performativamente ela é impossível. Mas é a impossibilidade desse acordo absoluto, dessa igualdade de direitos total, o que impulsiona a ideia de democracia.

O testemunho não pode nunca ser reduzido à ficção, à possibilidade literária ou à função da literatura. Embora não possa ser reduzido a isso, o testemunho não deixa de estar relacionado com a literatura. O testemunho “não consiste, em sua maior parte, na partilha de conhecimentos”, escreve Derrida em “Demeure”. O depoimento deve sofrer ou suportar o seu “outro”, registrando sua diferença inassimilável, assim como a literatura “deve sofrer tudo, justamente, porque não é em si mesma”.<sup>33</sup> Um depoimento é indissociável da prova e não apenas seu oposto.

<sup>31</sup> DERRIDA, J. *Acts of Literature*. New York and London: Routledge. p. 36.

<sup>32</sup> DERRIDA, J. *Acts of Literature*. New York and London: Routledge. p. 37.

<sup>33</sup> DERRIDA, J. *Acts of Literature*. New York and London: Routledge. p. 37.

Esse vínculo parcial (e de não separação absoluta) do testemunho em relação aos campos do conhecimento e de institucionalização supõe um expressivo conflito e resistência, no qual o testemunho adquire maior potencial e força do que se fosse simplesmente imaginado apenas como “fora ou acima da prova”. Derrida:

Mesmo com a linguagem, a etimologia e a tradução, não se pode renunciar. Na prática, a confusão permanece sempre possível. É tão fácil ultrapassar o limite utilizando-se qualquer palavra. Assim, por exemplo, o sentido de regularidade da prova vem contaminar ou desviar o sentido do testemunho.<sup>34</sup>

Em outro sentido fundamental, o testemunho não pode simplesmente ser reduzido a “uma verdade teórica demonstrável (...) uma parte de informação ou um relatório, um procedimento de prova ou até mesmo uma exposição em um julgamento.”<sup>35</sup>

O testemunho esconde um potencial de desestabilização ou até mesmo de subversão: ao ser assegurado como testemunho, ele não pode, não deve ser absolutamente certo e determinado no despacho do saber como tal.<sup>36</sup>

Embora haja o esforço para converter o testemunho em uma forma de “prova”, é prevaletente, em todos os lugares, o testemunho como testemunho, que é respeitado a partir dos fundamentos da fé e não da prova, sendo considerado como um valor e uma parte significativa do sistema legal.

Em “Demeure”, Derrida tem a difícil tarefa de pensar o poder paradoxal do que é irrecuperável para o conhecimento – do que permanece secreto – no atestado de um testemunho. E isso tem a ver com a divisibilidade do testemunho em relação à presença: por um lado, para testemunhar é sempre necessário “fazer neste momento”, em primeira pessoa e no presente indissociável (e, portanto, confiável), sem interposição técnica ou órgão técnico (não se pode enviar uma fita cassete para testemunhar em seu lugar). Por outro lado, no entanto, deve haver uma sequência temporal – sentenças, por exemplo – e, acima de tudo, essas frases devem prometer a sua própria repetição e, assim, sua própria “quase produtibilidade técnica” – de acordo com uma estrutura de repetição que “transporta o instante fora de si e, portanto, se divide”.<sup>37</sup>

No ponto exato de comprovação, aparentemente tão vital para o próprio testemunho, algo indispensável para o testemunho deve ser mantido em reserva ou mantido em segredo. Aqui chegamos ao ponto em que o testemunho não pode

34 DERRIDA, J. *Acts of Literature*. New York and London: Routledge. p. 188.

35 DERRIDA, J. *Acts of Literature*. New York and London: Routledge. p. 182.

36 DERRIDA, J. *Acts of Literature*. New York and London: Routledge. p. 182.

37 DERRIDA, J. *Demeure: fiction and testimony*. p. 32-33.

simplesmente ser feito para falar plenamente o seu próprio nome. O problema do “segredo”, que retém o testemunho, só aumenta os esforços redobrados da pessoa para orquestrar uma cena de “confiança” no tribunal. O testemunho atesta esse segredo “irrecuperável” exatamente como ele anuncia – uma provocação, uma resistência de fato, a cargo de sua própria impureza ou divisibilidade.

Durante uma entrevista com Bernard Stiegler, realizada em 1993, dois anos antes de “Demeure: fiction and testimony”, Derrida aborda a questão dos testemunhos e das provas de maneira semelhante:

Um testemunho nunca foi nem nunca deve ser confundido com a evidência. Testemunho, no sentido estrito do termo é alguém que diz: “Eu juro”, que promete dizer a verdade, dar sua palavra, e leva sua palavra a uma situação em que nada foi provado – onde nada será provado, por razões estruturais, por razões que são essenciais e não contingentes. É possível que o depoimento deva ser corroborado por prova, mas o processo de provas é absolutamente heterogêneo em comparação com o da testemunha, que implica a fé, a crença, a fé jurada, o compromisso de dizer a verdade, “Juro dizer a verdade, toda a verdade e só a verdade”. “Por conseguinte, se houver provas, não há testemunho”. O arquivo técnico, em princípio, não deve nunca substituir o testemunho. Ele pode fornecer provas dentro da ordem teórica que é o fim da prova, e deve ser estrangeiro para o elemento de crédito, fé ou crença implícita na promessa ou depoimento<sup>38</sup>.

O exemplo que Derrida utiliza para ilustrar essa ideia da heterogeneidade e da incompatibilidade estrutural das provas e dos depoimentos é o veredito de Rodney King, depois do julgamento, em 1991, em Los Angeles, por causa de brutalidade policial e racismo. A fita de vídeo do espancamento de King pode ter servido “como uma exposição, talvez como prova, mas não substitui o testemunho”.<sup>39</sup> E, de fato, era inadmissível como testemunho, tanto é que o jovem que filmou a cena foi obrigado a assistir ao julgamento, a assumir o posto de testemunha e jurar perante o júri e o tribunal “que foi realmente ele quem segurou a câmera, que estava presente na cena, que ele viu o que filmou”.<sup>40</sup> A gravação técnica não pode contar como testemunho. A audiência precisava ouvir o depoimento de alguém: “Juro dizer a verdade, toda a verdade e nada além da verdade”. “Técnicas nunca produzirão um testemunho”,<sup>41</sup> Derrida conclui, portanto:

(...) como o testemunho, a comprovação consiste sempre no discurso; para ser uma testemunha, é preciso ver, ouvir etc., mas para dar testemunho, como já se falou,

<sup>38</sup> DERRIDA, J; STIEGLER, B. *Ecographies of Television*. p. 93-94.

<sup>39</sup> DERRIDA, J; STIEGLER, B. *Ecographies of Television*. p. 93-94.

<sup>40</sup> DERRIDA, J; STIEGLER, B. *Ecographies of Television*. p. 93-94.

<sup>41</sup> DERRIDA, J; STIEGLER, B. *Ecographies of Television*. p. 93-94.

deve-se participar e defender e assinar um discurso. Não é possível dar testemunho sem um discurso. Bem, esse discurso em si já abriga a técnica, mesmo que apenas na forma de uma interatividade implícita no juramento, para não dizer da presente técnica já constituída pela gramaticalidade mínima ou pela retoricalidade que exige a comprovação. Daí a contradição aparente: a técnica nunca irá fazer uma testemunha, e fará uma prova impura. Contudo, isso já implica o recurso à técnica.<sup>42</sup>

Derrida fala sobre isto em “Demeure”, onde constata que a “reprodutibilidade técnica” é excluída do testemunho – que sempre pede a presença da voz ao vivo na primeira pessoa. Mas a partir do momento em que o depoimento é repetido, a *techné* é introduzida. Por isso, não é preciso esperar por câmeras, vídeos, máquinas de escrever e computadores. Logo que a sentença é repetível, ou seja, desde sua origem, no instante em que é pronunciada, já se torna compreensível, já é instrumentalizada e afetada pela tecnologia e pela virtualidade.<sup>43</sup> Nós falamos no capítulo 4 sobre a virtualidade e a divisibilidade do ensino no texto “Where a teaching body begin and how it ends”. Assim, acabamos por falar implicitamente de testemunho.

Parece-nos que, atualmente, sobretudo no Brasil, a cultura de “auditoria” que afeta o ensino superior reconfigura as relações entre as provas e os testemunhos, de uma forma muito específica. Embora as raízes etimológicas e lexicais da “auditoria” impliquem uma “audição”, parece impossível negar que a cultura da “auditoria” de hoje tenta o seu melhor para minimizar o depoimento, valorizando as “provas”. De certa forma, essa minimização do depoimento demonstra um esforço para diluir o efeito jurídico (ou da qualidade de seus processos), retirando caráter teatral da auditoria.

Muitos órgãos e entidades envolvidos na cultura atual da auditoria, no Brasil e em outros países, têm interesse em se apresentar como envolvidos em algo além de uma simples auditoria, e há muitas pessoas hoje que reconhecem que as atitudes supostamente benignas e progressivas subjacentes a esse tipo de discurso escondem outras motivações. A instituição de ensino superior no Brasil, portanto, sugere mudança no equilíbrio entre os depoimentos e as provas, ilustrada pelo fato de que o ensino é raramente ou nunca inspecionado nestes dias. Em vez disso, a prova documental é tecno-burocratizada, elaborada e avaliada, tanto internamente quanto externamente. É aprovada, arquivada, referenciada, verificada a sua coerência e adequação, de tal modo que o depoimento sobre o que acontece em sala de aula, por exemplo, é dispensado na medida do possível. O testemunho, poderíamos dizer, não é nenhum substituto para a evidência dessas peças. O testemunho (a audição, as conotações teatrais, bem como as condições de uma auditoria) deve

<sup>42</sup> DERRIDA, J; STIEGLER, B. *Ecographies of Television*. p. 93-94.

<sup>43</sup> DERRIDA, J. *Demeure: fiction and testimony*. p. 42.

ser diluído, minimizado, excluído, pois ele é o aleatório incalculável. Por isso, os efeitos ambivalentes – tão hostis à cultura da auditoria de hoje (aqueles que nós já discutimos) – são evitados.

No entanto, esse conjunto de circunstâncias que estamos chamando de “cultura da auditoria” é exemplificado no julgamento de Rodney King (onde a evidência não é um substituto para o testemunho). Nesse caso, não há uma mudança no equilíbrio de forças entre os depoimentos e as provas, que implicaria um cenário institucional e político muito diferente. O que vemos é que a cultura da auditoria reforça a incompatibilidade e a luta contínua entre prova e testemunho. Podemos também pensar no recente assassinato do coordenador do Grupo AfroReggae, Evandro João da Silva, em outubro de 2009, no centro do Rio de Janeiro. Embora a cena filmada mostrasse claramente a omissão de socorro por parte dos policiais, foi necessário o testemunho, a confissão, para que estes fossem presos provisoriamente.

Na entrevista a Stiegler, Derrida, mais uma vez, passa a mostrar que, embora os depoimentos e as provas simplesmente não possam ser harmoniosamente integrados ou sintetizados, eles continuam a funcionar – não simbioticamente, como intenso fato antagônico – como o suplemento irreduzível do outro. Eles não podem “fazer as pazes”, mas tampouco podem seguir caminhos separados. Assim, há aqueles – em ambos os lados do debate – que ficariam felizes em concordar com a ideia de que o depoimento de apoio à inspeção de ensino é totalmente alheio às técnicas de uma prova de “abordagem” da qualidade e excelência. Porém devemos estar alertados sobre o que ler ou ouvir no videotape de King. Assim, a “evidência” nunca pode ser pura e pode simplesmente nunca se desvincular do testemunho. A “prova” tenta evitar tudo que está relacionado com a estrutura e os efeitos do depoimento. O depoimento continua sendo um elemento contaminante, um corpo estranho no campo de provas. Isso acontece na medida em que o depoimento é obrigado a migrar para o domínio técnico, mesmo que apenas no nível mínimo da formação de uma frase que, por sua vez, caracteriza o conjunto de evidências. O testemunho é destinado a contaminar evidências, pois seu discurso não pode evitar ser “contaminado” por elementos de prova em todos os seus aspectos técnicos (falamos dos manuais de curso, dos registros de pessoal, das reuniões de estudantes, das comissões, das avaliações de pessoal, da ata de reunião e tudo mais que, de diferentes maneiras, conecta o testemunho à prova). Assim, não é apenas o caso de que “onde há uma evidência, não há testemunho”. A heterogeneidade radical ou a incompatibilidade entre as duas não se opõe à prova (ao “arquivo técnico”). E o que Derrida diz sobre provas e depoimentos sugere que essa tensão nunca poderia simplesmente ser pacificada por meio de negociações diplomáticas ou de hospitalidade, nem mesmo dissipada legalmente. Longe de ser “autêntico” ou mostrar-se como tal, o testemunho abre uma exceção para que o “corpo da prova”

se mostre. Se a testemunha é obrigada a se preocupar com as “evidências”, a prova (apesar de todos os seus esforços para que aconteça o contrário) é uma “abordagem baseada em Qualidade e Excelência”, não podendo, assim, evitar os efeitos do *parergon*, da teatralidade e do jurídico (efeitos de testemunhos, além da certeza do conhecimento, que, muitas vezes, se exigiu dele). Em outras palavras, a auditoria não pode, de forma decisiva, distinguir-se de uma audiência. A auditoria pode muito bem tentar destruir a sua própria assinatura, mas não consegue evitar totalmente as testemunhas.

#### 5.4

#### A Era da Auditoria

Em *The University in ruins*, Bill Readings sugere o declínio, no fim do século XX, do expressivismo antigo ou das relações de “sinédoque”<sup>44</sup> entre indivíduo e comunidade, disciplina e Universidade e, crucialmente, a Universidade e o Estado-Nação. Esses tipos de relações são expressos no pensar do “ser humano”, do “social” e da determinação de “direitos”, como expressão de modernidade depois do Iluminismo. É tal declínio que, portanto, ocasiona a erosão da noção de comunidade comunicativa na Universidade, como a advogada pelos idealistas alemães e seus herdeiros, como Habermas, por exemplo. Para Habermas, antes de tudo, o que interessa são as ferramentas legitimadoras da ação do Estado. O Estado, com base na razão (que não necessita da experiência), executa a razão prática, que seria uma espécie de “razão produzida” – o que mais se assemelha com a razão (que não necessita de experiência). A razão prática é então a base da justiça estatal. Habermas mostra que para a ação do Estado ter respeito da população, é necessário que se comporte justamente, ou melhor, honestamente. É na crença do comportamento honesto do Estado que as massas dão sustentabilidade a determinado governo. Porém o Estado normativo, por si só, não consegue esse apoio, se não recorre ao que acontece antes da instituição de um Estado regulador, da ideia de nação. A ideia de nação não tem nem uma configuração de estratégia política e surge a partir de diversos fatores que tornam possível a comunicação entre um grande número de pessoas (a língua, por exemplo).

Entre as ruínas da comunidade comunicativa, Readings contempla as possibilidades dessa “comunidade do dissenso”, como ele denomina. A parteira, ou o pai mesmo, de tal “comunidade de dissenso”<sup>45</sup> seria nenhum outro além da

<sup>44</sup> “Consiste em empregar um termo em um sentido mais abrangente; compreender, abarcar ao mesmo tempo.” (*Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. p. 2578).

<sup>45</sup> READINGS, B. *The University in ruins*. p. 127.

“desreferencialização” da Universidade de excelência. Mas tal comunidade de dissenso, na medida em que seria caracterizada pela atividade de “pensar sem identidade,” só poderia produzir resultados de pesquisa e “objetos” para estudos que são “sistematicamente incapazes de fechamento”.<sup>46</sup> A comunidade de dissenso não é simplesmente uma divergência empenhada em oposição frontal às instituições acadêmicas de hoje. A comunidade de dissenso é um produto da Universidade arruinada de Excelência.

Em outras palavras, a Universidade de Excelência parece ter dois pés esquerdos. A “excelência/dissenso” sugere dois pés esquerdos para a atualidade universitária. A Universidade toma posição de somente “andar em dois pés”, sem decidir entre os dois pés esquerdos ou os dois pés direitos. Esse é o argumento que Derrida utilizou em *Mochlos* para descrever a (desorientada) fundação e o ponto de apoio da Universidade do Iluminismo – a “solução parlamentar” mostrada por Kant em *O conflito das faculdades*.

\*

Recorremos a um trecho do livro *Rumo ao farol*, de Virginia Woolf para finalizarmos esta parte do trabalho:

Se o pensamento é como o teclado de um piano, dividido em muitas notas, ou como o alfabeto, arrumado em vinte e seis letras, bem ordenadas, seu esplêndido cérebro não tinha a menor dificuldade em percorrer essas letras, uma por uma, resoluta e primorosamente, até alcançar, digamos, a letra Q. Ele alcançava Q. Muito poucas pessoas em toda a Inglaterra chegam a alcançar Q.... Mas depois de Q? O que vinha? Depois de Q havia um sem-número de letras, a última delas quase invisível a olhos mortais, reluzindo à distância, vermelha. Z só é alcançada uma vez, por um homem, em cada geração. Porém, se pudesse alcançar R, já seria alguma coisa. Pelo menos, aqui estava o Q. Fincou os pés em Q. Estava seguro do Q. Poderia demonstrar o Q. Se Q é Q, R... – aqui ele esvaziou o cachimbo com duas ou três pancadinhas ressoantes na alça de chifre de carneiro do vaso e prosseguiu. “Então R...” Endireitou-se. Contraíu-se... Algo se encobria – como a pálpebra encouraçada de lagarto – e pestanejava sob a intensidade de seu olhar, obscurecendo a letra R. Nesse segundo de escuridão, ele ouviu pessoas dizendo: você é um fracasso. R ficava além de seu alcance. Nunca alcançaria R. Adiante em direção ao R, mais uma vez. R...<sup>47</sup>

Aqui está Derrida. Outra vez, no piscar de um olho. Aqui está ele, escrevendo na instituição, em sua memória e não deixando de perguntar sobre a visão da Universidade, sobre o que é contemplado pela Universidade. A abertura que os

<sup>46</sup> READINGS, B. *The University in ruins*. p.128.

<sup>47</sup> WOOLF, Virginia. *Rumo ao farol*. p. 38-39.

olhos fazem – fechando ou ao menos escutando – para saber como aprender e aprender como saber é o primeiro esboço do animal racional. Se a Universidade é uma instituição para ciência e ensino, não tem que ir além da memória e da visão? Em que ritmo? Para ouvir e aprender melhor, se deve fechar os olhos ou estreitar a perspectiva? Na cadência? Que cadência? Cortar a visão para aprender é naturalmente só uma maneira figurativa de falar. Ninguém o tomará literalmente, e nós não propomos cultivar uma arte de piscar. Essa tese está resolutamente em favor de uma nova Iluminação Universitária.

Correremos ainda o risco de estender nossa demonstração um pouco longe, na companhia de Aristóteles. No *De Anima*, ele distingue o homem dos animais de olhos duros e secos (*sklerophthalmos*), os animais sem pálpebras ou um tipo de bainha ou membrana tegumental (*phragma*) que serve para proteger o olho e lhe permite, em intervalos regulares, encerrar-se fora na noite do pensamento interior ou do sono.<sup>48</sup> O que horroriza em um animal com olhos duros é que ele sempre vê. O homem pode abaixar sua bainha, ajustar o diafragma, estreitar sua visão para melhor escutar, lembrar e aprender. O que o diafragma<sup>49</sup> da Universidade talvez seja?<sup>50</sup> Aqui, Derrida mostra que o conhecimento de qualquer espécie exige intervalos regulares de pausa, descanso e reflexão.

Lembramos que os organismos de avaliação como a RAE, na Inglaterra, e a Capes, no Brasil, aparecem em intervalos regulares, para empreender exercícios de avaliação. De noite, na escuridão, o relacionamento da Universidade com esses órgãos é um tanto estranho. Os “intervalos” que Derrida descreve como vital para o conhecimento e aprendizado não se direcionam pelo constante e intenso olhar do personagem Ramsay (olhos duros e secos), dedicado ao espetáculo da transparência da autoevidência e da autoidentidade (Q é Q, R é R). Esse olhar penetrante, que pontua e destaca, sugere o advento de organismos de avaliação como o RAE e a Capes. Derrida (há muito tempo antes) lembra-nos que o “intervalo” que realmente facilita o pensamento e nos incita a refletir sobre o conhecimento e a lembrarmos de aprender, é caracterizado pelo piscar de olhos, a passagem ao pensamento interior.

Nesse sentido, o fracasso do personagem Ramsay, num “momento de escuridão”, talvez (espetacularmente) o redimisse. Não há necessidade de lamentar ou repudiar a inserção do intervalo. O intervalo não só ajudará na iluminação ou na transparência, mas também implica uma suspensão, um esquecer, uma escuridão – focando contra e dentro da luz, de acordo com os ritmos de um

<sup>48</sup> DERRIDA, J. *As pupilas da Universidade*. p.127.

<sup>49</sup> “Em um sistema óptico, a abertura que controla a seção reta de um feixe luminoso que passa através desta, com a finalidade de regular a intensidade luminosa, reduzir a aberração ou aumentar a profundidade focal.” (*Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. p. 1030).

<sup>50</sup> DERRIDA, J. *The principle of reason: the University in the eyes of its pupils*. p. 3-20.

piscar. Seguindo Heidegger, a instituição construída sobre o princípio de razão foi fundada sobre “o que permanece dissimulado desde o princípio”. Derrida conta-nos que “o princípio de razão não instala seu império senão na medida em que a questão abissal do ser que nele se oculta permanece dissimulada e, com ela, a própria questão do fundamento.<sup>51</sup> Assim como mostra Derrida em *Mochlos*, o ponto de apoio da instituição é encontrado em fundações incertas, fazendo com que os procedimentos universitários permaneçam dissimulados. No entanto, isso levanta a pergunta da responsabilidade, o que nos leva a perceber “um terreno estratificado”, com postulações que sofrem um deslocamento ininterrupto. Uma necessidade de observar um tipo de ritmo estratégico – jogando-se entre a “barreira” e o “abismo,” entre o horizonte protegido do espaço universitário e o abismo incompreensível em que a Universidade é fundada. Mas este “ritmo estratégico” é necessariamente incalculável, imprevisível. De fato, é a improgramabilidade desse “ritmo” que nos leva à ideia de uma responsabilidade não mecânica. O que balanceia a improgramabilidade entre a barreira (horizonte de visão) e o abismo (escondido e despercebido) é esse “ritmo estratégico” que Derrida associa ao “piscar do olho”.<sup>52</sup> Revisando Derrida, então, nossa audiência é sempre, num certo sentido, a audiência do outro, nosso equilíbrio é “fora”. E nos arredores desse espaço jurídico-teatral, quase cômico, nós experimentamos a desorientação, nós piscamos. Mas quem tomaria isso seriamente? Quem proporia cultivar uma arte de piscar? Não contem com isso!

---

<sup>51</sup> DERRIDA, J. *As pupilas da Universidade*. p.137.

<sup>52</sup> DERRIDA, J. *As pupilas da Universidade*. p. 17.